

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 1973

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielese Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

###### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

###### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

##### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Quielese Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélio Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielese Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

###### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

**RESOLUÇÃO N.º 29-73**

DATA: 31 de agosto de 1973.

**SÚMULA:** Aprova Convênio celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Paraíso do Norte e Jussara, objetivando a implantação do complexo de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia nos referidos Municípios.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam ratificados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, e os Municípios de Paraíso do Norte e Jussara, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de agosto de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

**RESOLUÇÃO N.º 30-73**

DATA: 31 de agosto de 1973

**SÚMULA:** Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do Convênio Celebrado em 23 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de agosto de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

**RESOLUÇÃO N.º 31-73**

DATA: 31 de agosto de 1973.

**SÚMULA:** Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xambê com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção dos mesmos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 23 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xambê, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de agosto de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

**RESOLUÇÃO N.º 32-73**

DATA: 31 de agosto de 1973.

**SÚMULA:** Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública do Município de Marilena, Lobato, Cidade Gaúcha, Alvorada do Sul e Marechal Cândido Rondon, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais mediante dotações e verbas específicas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Marilena, em 04 de dezembro de 1972, de Lobato em 20 de dezembro de 1972; de Cidade Gaúcha, em 27 de dezembro de 1972, de Alvorada do Sul em 08 de janeiro de 1973 e de Marechal Cândido Rondon em 29 de novembro de 1972, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de agosto de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

**RESOLUÇÃO N.º 33-73**

DATA: 31 de agosto de 1973.

**SÚMULA:** Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Segurança Pública com os Municípios de Imbituva; São Jorge; Altonia; Adrianópolis; Rondon; Barracão; Indianópolis; Cianorte e Sertãozinho objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública com os Municípios de Imbituva; São Jorge; Altonia; Adrianópolis; Rondon; Barracão; Indianópolis; Cianorte e Sertãozinho objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de agosto de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**

**Ata da 165.ª Sessão (Extraordinária)**

**Realizada em 12 de Setembro de 1973 — (4.ª-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Domicio Scaramella.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aguiinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva. (35); achando-se ausentes os srs. Deputados Santos Lima — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Maciel — Iris Caldart — Ivo Rocha — João Fadel — Nelson Buffara — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 35 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 179-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 204-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo instituir uma Fundação Educacional na sede do município de Assaí, com finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Ciências Econômicas. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação. **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 13 quinta-feira às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 180-73.

Levanta-se a Sessão.

**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**

**Ata da 166.ª Sessão Ordinária**

**Realizada em 12 de Setembro de 1973 — (4.ª-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Fabiano Braga Cortes e Quiesle Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aguiinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva. (35); achando-se ausentes os srs. Deputados Santos Lima — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Maciel — Iris Caldart — Ivo Rocha — João Fadel — Nelson Buffara — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**REQUERIMENTOS:**

— de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, solicitando Regime de Urgência para o Projeto n.º 45-73.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, desta Casa de Leis, requer à Mesa ouvido o Plenário seja consignado em Ata, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 7 (sete) na cidade de Cornélio Procopio do ilustre cidadão Senhor Augusto Zimmermann.

**JUSTIFICATIVA:**

O Senhor Augusto Zimmermann, cidadão que sempre honrou os habitantes de Cornélio Procopio, foi sempre um grande esteio de sua família, de honorabilidade intocável e conduta ilibada. Orgulho de seus concidadãos, deixará marcada a memória de todos os habitantes do Município pela gama de grandes exemplos e memoráveis realizações que nortearam sempre a sua conduta. Terá, por certo, em seus familiares, os continuadores e perpetuadores de seu nome.

Outrossim, requer, ainda que da decisão desta casa, seja dado conhecimento a seus familiares na pessoa do Senhor Léo Zimmermann Gerente do Banco do Brasil S.A., na cidade de Ipaçu, Estado de São Paulo e Senhora Franca Zimmermann Medeiros, residente à Avenida Minas Gerais n.º 925 em Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1973.

(a) — Emilio Carazzai.

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições de Parlamentar, REQUER após ouvir o Plenário um voto de profundo pesar pelo falecimento do dr. Antonio Jhonson, ocorrido dia 5 do corrente na cidade de Almirante Tamandaré.

O extinto, era filho de tradicional família daquela cidade, tendo exercido a função de Prefeito Municipal na gestão passada, tendo marcado sua existência pela fidelidade, e lealdade aos princípios que sempre defendeu com zelo e amor.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente dê-se ciência da homenagem deste Poder à família enlutada, na cidade de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1973.

(a) — Paulo Poli

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve Requer no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente Sessão um Voto de Congratulações pela passagem do aniversário do ilustre Deputado Jorge Sato, correto, dinâmico l.º Secretário desta Casa de Leis, cujo espírito sempre voltado para o engrandecimento deste Poder soube adjudicar-lhe a justa investidura, por mais uma feita, de legítimo representante popular cercado do respeito e admiração de seus Pares funcionários e todos os que desfrutaram do seu grato convívio.

Valha, pois a data, como testemunho eloquente do apreço e amizade de todos seus colegas de representação, assim como para levar-lhe a par de sinceros cumprimentos votos mais sentidos de felicidade pessoal e conquista de novos êxitos parlamentares.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1973.

a) PAULO POLI

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer um voto de louvor ao Senhor Maestro Mário Garal pelo brilhantíssimo sucesso que vem alcançando à frente do coral da Universidade Federal do Paraná, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1973.

a) ARIZONE ARAUJO

## JUSTIFICATIVA:

Em face do Telex enviado pelo Excelentíssimo Senhor Fernando de Alencar, Embaixador do Brasil, cujo teor segue:

Congratulome vivamente com Vossa Excelência pelo brilhante êxito coro da Universidade do Paraná nesta Capital e agradeço-lhe pessoalmente esse gesto de cooperação tão significativa para a obra de intercâmbio cultura entre o Brasil e o Paraguai pt Cordiais Saudações pt

(a) — Fernando de Alencar

Embaixador do Brasil.

## Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — a notícia divulgada pela TV Iguaçu, em data de ontem, dando conta da transferência para o Estado de Minas Gerais de indústria de tratores e de guinchos para trator, localizada em Curitiba no Bairro de Higienópolis;

2 — que, concretizando-se a transferência representará sérios prejuízos ao nosso Estado;

3 — a necessidade do Estado procurar por meio de incentivos e facilidades fiscais a fixação de indústrias existentes e a implantação de novas empresas.

Requeiro à Mesa, regimentalmente a constituição de uma Comissão de Deputados com o objetivo de, após entendimentos com o Senhor Osvaldo Olsen, proprietário da indústria referida no item "1" promover demarques junto a autoridades do Executivo Estadual no sentido de encontrar solução que possa assegurar a fixação da indústria no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1973.

(a) — Mauricio Fruet.

## Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados infra assinados, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requerem seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário dos Transportes solicitando os bons ofícios de Sua Excelência, no sentido de que seja objeto de acurados estudos a macadamização do trecho que liga o Município de Capanema ao Município de Medianeira tendo em vista motivos de relevante importância, tais como:

1 — A rodovia Capanema-Medianeira é o único meio de ligação entre o Sudoeste e Oeste do Paraná;

2 — O trecho em referência encontra-se sempre em precárias condições, sendo em dias de chuvas quase impossível transpô-lo;

3 — A macadamização dessa Rodovia seria uma medida que viria trazer enormes benefícios a um grande número de Municípios circunvizinhos, tais como Planalto, Realeza, Ampére; Santa Isabel do Oeste etc.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1973.

(aa) Odilon Reinhardt

Ivo Thomazoni

Arizone Araujo

Lázaro Dumont

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado expediente ao Diretor do DER no sentido de que seja construída, uma ponte sobre o rio Lontra, na sede do Município de Salta do Lontra.

Esta ponte, permite a ligação com o Município de Dois Vizinhos, que é a sede da Comarca.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1973.

(a) — Arizone Araujo

## PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 200.73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Assistência Social de Andirá — ASA", com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973.

(a) — Borsari Netto.

## JUSTIFICATIVA:

A Assistência Social de Andirá, é uma entidade com personalidade jurídica, devidamente registrada no Livro n.º A — 1, fls. 27 e verso sob n.º 022 do Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Andirá, sem fins lucrativos que tem por objetivos a assistência social prestando auxílio moral e material às crianças, velhos e indigentes de toda espécie, procurando desenvolver-lhes a vontade de progredir e viver uma vida mais compatível com a sua condição humana.

Preenchendo todos os requisitos da Lei que regulamenta a matéria, apresentamos o presente Projeto de Lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação.

Projeto de Lei n.º 201-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1973.

(a) — Arizone Araujo

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, já é de todos nós conhecida, pelos inestimáveis serviços que presta às estudantes de cursos superiores de nosso Estado.

Por isso, é perfeitamente dispensável aduzirmos outras considerações em favor da medida consubstanciada neste Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Assomamos à Tribuna para ler um Requerimento de nossa autoria, encaminhado a esta augusta Casa, com referência ao ilustre Prefeito de Santo Antonio da Platina, Dr. Ademar de Toledo. (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário a inserção nos Anais da Casa do incluso Memorial dos Prefeitos que integram os Municípios da Micro-região do Norte Pioneiro do Estado do Paraná, solidarizando-se com o Senhor Ademar Lemes de Toledo, DD. Presidente da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, em virtude da denúncia oferecida por vereador da oposição, sacada segundo consta, com o fim único de alcançar uma lamentável e condenável promoção política.

Segundo consta ainda do Memorial os signatários do mesmo, vêm na pessoa do Senhor Ademar Lemes de Toledo, o administrador despreendido, honesto, de fibra que o tornaram por merecimento. Presidente de uma Associação que representa aquela região do Paraná onde seu caráter e sua incontestável integridade fa-lo-ão triunfar mais uma vez contra esta condenável promoção pessoal e política.

O requerente, nesta oportunidade, manifesta a sua repulsa contra este lamentável acontecimento, de que foi alvo o ilustre presidente da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro ao mesmo tempo que manifesta a sua solidariedade aos signatários do Memorial.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1973.

(a) — Gabriel Manoel.

Era só, sr. Presidente: — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para o Pequeno Expediente, ao sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O Diário Oficial do Estado do Paraná, em edição de 22 de junho de 1973, publicou a Lei Complementar n.º 2, aprovada por esta Casa Lei Orgânica dos Municípios em tudo aquilo que foi sancionado pelo Poder Executivo. Mas como se observa da leitura do texto publicado vários artigos, aproximadamente 20 artigos, sofreram em parte o veto governamental.

Da análise feita das partes vetadas tivemos oportunidade de constatar, verificação que procedemos conjuntamente com o ilustre Deputado Armando Queiroz e mais o Deputado, não menos ilustre, Borsari Neto, que existem alguns vetos que são até, fruto de equívoco, embora alguns tenham toda a procedência.

Seria, portanto, matéria de real importância para ser examinada por esta Casa, para que todo o trabalho feito pela Assembléia Legislativa não seja embora em pequena parcela, eivado de equívocos, involuntariamente trazidos para dentro da Lei Orgânica dos Municípios.

Entretanto Sr. Presidente, se em 22 de junho houve a publicação da sanção governamental, consequentemente deve ter sido encaminhada para esta Casa a Proposição que enfeixa os vetos à Lei Orgânica. Considerando-se que no mês de julho não há decurso de prazo para a apreciação da matéria vetada, considerando-se porém que o prazo para que a Casa possa apreciar a matéria é de 45 dias, calculamos a grosso modo porque não temos conhecimento pleno da data da entrada da matéria nesta Casa, mas deve ter sido registrada ainda no mês de junho, é fácil verificar que o prazo para a apreciação do veto se existe, está em seus últimos instantes e parece Sr. Presidente, que não seria este o primeiro caso em que vetos vêm a este Plenário quando já nem validade poderia ter a deliberação do Plenário da Casa porque o tempo o prazo para sua apreciação já se escoou, e estaríamos assim diante de um caso de excepcional importância pelo que representam os vetos a que fiz referência no texto da Lei Orgânica; mais uma vez nós estaríamos diante de um problema do funcionamento do processo legislativo nesta Casa, problema que temos focalizado várias vezes desta Tribuna, que motivou um Projeto nosso e que procuramos resolvê-lo também no despretencioso Projeto de reforma do Regimento Interno que apresentamos nesta Casa. Porque parece inadmissível, sr. Presidente srs. Deputados, que dispondo de 45 dias de prazo para apreciar um veto, uma matéria desta importância como a Lei Orgânica dos Municípios, fuja à nossa apreciação apenas pelos impecos encontrados dentro de nossa Casa.

Pego ao Sr. Presidente, desta Tribuna, que adote as providências que entenda necessárias e que os doutos provimentos de V. Exa. façam com que venha a esta Casa, ainda a tempo de ser apreciado, o veto em referência. Muito obrigado, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para o Pequeno Expediente ao sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há aproximadamente 2 anos atrás, desta Tribuna, lembramos a necessidade de um empenho maior por parte do Governo do Estado do Paraná, no sentido de oferecer incentivo a indústrias aqui existentes, e também a indústrias de outros Estados que desejassem aqui se instalar.

Na oportunidade, inclusive nos referimos especificamente a uma indústria de trator, vindo do Estado de Santa Catarina, que se instalara em Curitiba, no bairro de Higienópolis, com a possibilidade inclusive de fabricar um trator que seria o primeiro, em nosso território, totalmente brasileiro, graças a um local adquirido em torno de mais de 30 anos de trabalho, e de pesquisa.

Na ocasião foi aprovada por esta Casa a referida indústria localizada nesta Capital; muitos dos Senhores Deputados interessaram-se pelo trabalho ali efetuado. No entanto, faltou eco, este eco não se fez ouvir por parte do Poder Executivo do Estado do Paraná, e ontem à noite, através da TV Iguaçu Canal 4, ouvimos a notícia de que esta indústria de trator irá se deslocar para o Estado de Minas Gerais. Isto representará mais um sério impacto à possibilidade de desenvolvimento industrial que se pretende impôr ao Estado do Paraná. Isto significa, acima de tudo, um lamentável descaso das autoridades constituídas, com aqueles que aqui desejam realizar trabalhos de industrialização, e, infelizmente, a política adotada no Paraná tem sido a pior possível, enquanto no Rio Grande do Sul existem órgãos que incentivam o desenvolvimento industrial; o mesmo ocorre no Estado de Santa Catarina — para não se falar em São Paulo, em Minas Gerais, na Bahia e em muitos outros Estados.

O Paraná, esta é a dura realidade, permanece na estaca zero. Porém, este pronunciamento não tem apenas o sentido de criticar o Governo do Estado do Paraná, o Poder Executivo do nosso Estado, tem isto sim, o objetivo de tentar rapidamente contornar o problema. E por este motivo encaminhamos à mesa, requerimento solicitando a constituição de uma Comissão Especial de Srs. Deputados desta Casa, a ser indicada pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, com o objetivo do Presidente da firma mencionada, manter os entendimentos que se fizer necessário a fim de se evitar a saída do Paraná desta indústria, que representará um prejuízo muito sério para a economia do Estado a acima de tudo ao desenvolvimento da Capital paranaense, justamente agora no instante em que as autoridades desejam instituir o Distrito Industrial de Curitiba.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Segundo palavras do Sr. Ministro da Fazenda, Professor Delfim Neto, numa entrevista em que o povo brasileiro, principalmente aqueles que tomaram conhecimento, entenderam quase que como uma brincadeira de mau gosto, dizia S. Exa. qu o custo de vida no Brasil neste ano de 1973 vai mesmo ficar numa alta que não ultrapassará o índice de 12% de aumento.

E bem provável que seja em dados fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, mas a realidade brasileira é surpreendente e alarmante. Pois entendemos que nos dez anos de Governo da Revolução é este o ângulo em que a inflação mais tem castigado a economia popular.

Há setores da economia brasileira que tiveram uma alta fora do normal, nos produtos hortigranjeiros onde a alta superou a 60%.

Roupas, remédios, calçados, tiveram também elevação que varia de 30 a 40 até 50%. E o preço da carne, elemento base do povo brasileiro atingiu neste último ano uma alta apavorante que chega até a 100%. No setor de veículos, o Governo procura controlar o preço dos automóveis, tratores e caminhões, mas ninguém conseguirá aqui dizer que não está havendo um cercado de câmbio negro, o cidadão não conseguirá numa agência de carros, o seu automóvel. E às vezes é obrigado a recorrer a um outro revendedor, pagando muito além da tabela, porque já está virando rotina o mercado de câmbio negro até mesmo para automóveis, em nosso País.

Temos aqui um outro setor, que nos é trazido e que também teve grande alta, é com relação ao preço do couro que é usado por vários produtos.

Sr. Presidente, gostaríamos de encarecer ao Governo Federal que determine à SUNAB uma ação em benefício da grande massa de trabalhadores do País, porque os pais de família já estão vivendo momentos de angústia. Cada dia que passa a dona de casa ao sair para fazer a feira, traz muito menos mercadoria para casa, porque seu orçamento doméstico está estrangulado e ainda temos que ver pelos jornais o pronunciamento do Sr. Ministro, de que o custo de vida não subirá além de 2%.

É bem verdade que poderá ocorrer algum milagre daqui para frente e ao invés de subir, o Sr. Ministro encontre uma fórmula mágica de fazer com que preços venham a sofrer um redução para equilibrar os anúncios governamentais de se manter a inflação estabilizada em 12%. O aumento de salário para o povo brasileiro está muito aquém do verdadeiro custo de vida e com isso vemos a crise social se agravando, o nosso trabalhador realmente passando horas de inquietação, por não saber o que fazer com tão pouco dinheiro para manter um lar, para pagar aluguel, para pagar transporte, esse transporte que sobe constantemente, porque sobe a gasolina. O Governo Federal, decretando a alta do preço da gasolina, fatalmente está abrindo caminho para que a inflação não seja controlada. Em nome desses trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre orador que restam apenas 30 segundos para o término de sua oração.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Obrigado pela comunicação. Desejamos, então que a Sunab, que não sabemos porque está existindo ainda, porque os abusos estão aí a olhos vistos, que a Sunab que mantém uma equipe de fiscais recebendo polpudos salários, possa sair a campo, em combate aos maus comerciantes, principalmente aqueles grandes que querem naturalmente onerar ainda mais o tão reduzido orçamento do nosso povo brasileiro, para que possamos, então, acreditar quando o Sr. Ministro da Fazenda diz ao povo que a inflação vai ficar em 12%. Porque até agora a alta do custo de vida foi muito além do normal, atingindo uma cifra que é de assustar a qualquer pai de família, a qualquer cidadão que tem seu ordenado mensal para poder sustentar esposa e filhos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apreciado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apreciado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64-73, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que declara de Utilidade Pública, a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Jataizinho", com sede na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J. — Apreciado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43-71, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que autoriza o Poder Executivo a doar, à Sociedade Procopense de Assistência ao Menor, o terreno que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.T., com SUBSTITUTIVO. — Apreciado pelo Substituto, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44-73, de autoria do Dep. Armando Queiroz de Moraes, que transfere para a jurisdição do Município de Campo Mourão, os serviços de trânsito do Município de Janiópolis. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Apreciado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 69-73, encaminhando ante- Projeto de Lei que objetiva elevar os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão e as funções gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, ainda, os do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Com Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com SUBSTITUTIVO GERAL e EMENDAS DA C.C.J. e EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. vai submeter à apreciação do Plenário, o Substituto ou o Projeto original.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência vai submeter à apreciação do Plenário primeiro o Substituto Geral, em seguida as Emendas e depois o Projeto de Lei.

Em votação o Substituto Geral. — Rejeitado.

Em votação as Emendas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. está colocando as emendas em votação englobadamente?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que entendia que havia apenas uma emenda, mas verificou agora que são duas. Vai colocar em votação as emendas separadamente.

Em votação a emenda n.º 1.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, esta emenda é de minha autoria porque V. Exa., quando Governador, encaminhou Mensagem a esta Casa e, por um lapso, os funcionários contratados deixaram de ser aquinhoados com o mesmo percentual do pessoal efetivo, o que consistiria, desde já, uma flagrante injustiça porque as dificuldades do custo de vida sobre a mesma forma para o pessoal efetivo como para o pessoal contratado.

De maneira que atribuo esta falha a um lapso, uma vez que conheço a formação de V. Exa. e, principalmente, o coração boníssimo que possui. Por esta razão é que apresentei a emenda porque, como já disse anteriormente, não costumo tratar demagogicamente assunto tão sério como seja este. Além do mais, não apresento emendas que sei o Governo não pode cumprir.

E, conversando há poucos instantes com o Nobre Deputado Ivo Tomazoni, Líder do Governo nesta Casa, fui informado de que Sua Excelência o Governador Emílio Gomes, embora querendo atender os dispositivos do substitutivo ora rejeitado pela Casa, e o conteúdo nas emendas, não poderia, face à razão que diz respeito a Tesouro do Estado — e só, apenas o Poder Executivo sabe das condições do Tesouro do Estado, sabe até quanto pode arcar com responsabilidades perante o funcionalismo. Então, como eu sei que as determinações da Liderança do Governo, a qual seguimos, são no sentido de rejeitar essa emenda, fiz um apelo a Sua Excelência o Líder do Governo, que, se comunicasse telefonicamente com o nosso Governador, nosso grande Governador Emílio Gomes; ele que é de uma formação excelente como homem público, como figura humana, achou que realmente houve um lapso, mas, se comprometeu a, através de Decreto, equiparar, no que diz respeito ao percentual do pessoal contratado do Estado.

Portanto, os objetivos da minha emenda foram plenamente atingidos graças à operosidade do Líder do Governo e à compreensão do Governador Emílio Gomes.

Portanto, os agradecimentos em nome do pessoal contratado, ao Líder do Governo e ao próprio Governador, pela atitude correta e sobretudo humana, que tomou em favor do pessoal contratado. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO TOMAZONI — (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, realmente Sua Excelência o Nobre Deputado Erondy Silvério, foi muito feliz ao apresentar a Emenda n.º 1, pretendendo beneficiar também o funcionalismo contratado da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

Ocorre, Sr. Presidente, que, motivo de ordem legal impedisse a aprovação da referida emenda, porque, se o pessoal efetivo do Estado percebe à conta da verba do pessoal, o pessoal contratado é pago com verba de terceiros. Verificamos então, que este aumento ao pessoal contratado poderá ser deferido por Decreto Governamental, naturalmente escudado na existência das respectivas verbas nas diversas repartições; desde que este pagamento é efetuado através de verba de terceiros, quero elogiar a atitude do Nobre Deputado Erondy Silvério que, atendendo este detalhe de formulação legal, entendeu que alcançou plenamente o objetivo, a apresentação da sua Emenda, porquanto alertou o Poder Executivo da necessidade premente e urgente também, que o pessoal contratado venha a gozar dos benefícios, se bem que limitados, mas, na mesma proporção que o pessoal efetivo do Estado receberá com a aprovação da Mensagem Governamental.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, pela Ordem, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO. — Sr. Presidente, vou encaminhar à Mesa um Requerimento; dado as explicações do Deputado Ivo Tomazoni e a compreensão do Governador do Estado, vou encaminhar um Requerimento, retirando a emenda, a fim de que a mesma não seja rejeitada pela Casa, eis que não há mais razão de ser apreciada.

O SR. PRESIDENTE — É encaminhado Requerimento no seguinte teor: "Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a retirada da Emenda de sua autoria, número 1 (hum) ao Projeto de Lei n.º 157-73, que se encontra em 2.ª discussão na Ordem do Dia da Sessão de hoje.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1973.

a) Erondy Silvério".

A Mesa defere a solicitação do Nobre Deputado Erondy Silvério, e em razão do seu Requerimento retirando a emenda ela deixa de ser apreciada pela Casa.

Em votação a emenda n.º 2 — REJEITADA.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação solicitada.

(É feita a verificação)

Quatro Srs. Deputados votaram favoravelmente. Dezoito Srs. Deputados, contrariamente. Não há quorum para votação.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam à chamada nominal, 25 Srs. Deputados. Passaremos à votação da emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão. — Rejeitado.

Em votação o Projeto. — Aprovado.

Esta Presidência registra com satisfação a presença no Plenário do Sr. Vereador Walemir Belinati, de Londrina e do Sr. Vereador Mário Lima, de Cruzeiro do Oeste.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, incorporar ao Sistema Estadual de Ensino Primário o Curso mantido pela Associação de Pais e Mestres, do Estabelecimento da Cruz do Pilarzinho, desta Capital. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favoráveis da C.I.P. e C.F. — Rejeitado.

#### PROJETO DE LEI N.º 109-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar ao sistema estadual de ensino primário, o curso mantido pela Associação de Pais e Mestres, do estabelecimento da Cruz do Pilarzinho, desta Capital, autorizado pela Portaria n.º 1162-71.

Art. 2.º — A Secretaria de Educação e Cultura providenciará, como convier, o aproveitamento das instalações e pessoal integrantes do curso referido no artigo anterior.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de junho de 1971

Wilson Brandão

JUSTIFICAÇÃO: O curso que se pretende incluir no sistema estadual, foi criado por um grupo de professoras idealistas para atender a demanda de matrículas, da ordem de quinhentas.

Embora autorizado a funcionar, em caráter excepcional, pela Secretaria da Educação e Cultura, o pagamento de aluguéis e alguma remuneração às professoras só é possível mediante a arrecadação de numerário através de festas e outras atividades promocionais.

Não se pode permitir, mesmo na Capital, que tal ocorra. Daí a apresentação deste Projeto, que objetiva regularizar a situação tanto da escola, dos alunos quanto das professoras.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 109-71

AUTOR: Deputado WILSON BRANDÃO

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a incorporar ao sistema estadual de ensino primário, o curso mantido pela Associação de Pais e Mestres, do estabelecimento da Cruz do Pilarzinho, desta Capital.

#### PARECER

1. Com a presente proposição, pretende o nobre autor autorizar o Poder Executivo a incorporar ao sistema estadual de ensino primário, o curso mantido pela Associação de Pais e Mestres, do estabelecimento da Cruz do Pilarzinho, desta Capital, autorizado pela Portaria n.º 1162-71.

2. Em que pesem as considerações expedidas pelo ilustre Parlamentar autor da proposição, entendemos, "Data Venia", que o projeto é inconveniente aos interesses do Estado, pelas suas consequências, principalmente de ordem financeira, daí opinarmos contrariamente à sua aprovação.

Sala das Comissões, 26 de abril de 1972

(Ass. ilegível) — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI N.º 109-71

AUTOR: Dep. WILSON BRANDÃO

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, incorporar ao Sistema Estadual de Ensino Primário, o Curso mantido pela Associação de Pais e Mestres, do estabelecimento da Cruz do Pilarzinho, desta Capital.

#### PARECER

De autoria do senhor deputado Wilson Brandão, pretende-se pelo presente Plano de Lei, autorizar o Poder Executivo, incorporar ao Sistema Estadual de Ensino Primário, o Curso mantido pela Associação de Pais e Mestres, do estabelecimento da Cruz do Pilarzinho, desta Capital.

Entendendo justa e oportuna a medida pleiteada, opino pela APROVAÇÃO do referido Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em de 1973.

a) Dep. Antonio Lopes Júnior — Presidente e Relator  
(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N.º 109-71

AUTOR: Dep. WILSON BRANDÃO

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, incorporar ao Sistema Estadual de Ensino Primário, o Curso mantido pela Associação de Pais e Mestres, do estabelecimento da Cruz do Pilarzinho, desta Capital.

#### PARECER:

Muito embora, a Douta Comissão de Constituição e Justiça, tenha dado o seu parecer contrário, esta Comissão não vê porque da sua não aprovação.

Entendemos que tratando-se de uma iniciativa de lei meramente autorizatória, somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 6 de junho de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(ssinaturas ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 3-72, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que denomina "Deputado Olívio Belich", um dos Grupos Escolares desta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 3-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

SÚMULA: Denomina "Deputado Olívio Belich", um dos Grupos Escolares da Capital do Estado.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Deputado Olívio Belich", um dos Grupos Escolares da Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1972.

a) Maurício Fruet

#### JUSTIFICATIVA:

Tem o presente Plano de Lei o sentido de homenagear um dos mais ilustres homens públicos que por esta Casa passou.

Mercê uma atuação proba e edificante o deputado Olívio Belich, recentemente falecido, deixou uma atuação em prol da causa pública que enobreceria qualquer parlamentar.

Os municípios que neste Poder representava: Porto Amazonas (sua localidade natal), Palmeira, São João do Trunfo, sempre tiveram guardada nas suas reivindicações, pela brilhante atuação de seu par.

O nome de Olívio Belich, dificilmente terá substituído entre os representantes do povo nesta Casa e, por este motivo, confiamos na aprovação de nossos pares, no Plano em tela.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER

##### AO PROJETO DE LEI N.º 3-72

AUTOR: Dep. MAURÍCIO FRUET

SÚMULA: Denomina "Deputado Olívio Belich" Grupo Escolar da Capital.

1. — Com o presente plano de lei pretende o nobre deputado Maurício Fruet denominar "Deputado Olívio Belich" um dos Grupos Escolares de nossa Capital.

2. — O objetivo da proposição é prestar justa e merecida homenagem àquele ilustre homem público que durante vários anos labutou nesta Casa como representante do povo, pelo que entendemos ser inteiramente oportuna.

3. — Nestas condições, e não havendo qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que se lhe anteponha, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 3-72

I — O presente plano de lei tem por objetivo autorizar a denominar "Deputado Olívio Belich" um dos Grupos Escolares da Capital do Estado.

II — Do ponto de vista desta Comissão, o projeto em tela está em condições de ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Rosário Piteli — Relator

(Ass. ilegível)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29-73, de autoria do Dep. David Federmann, que declara de Utilidade Pública a "Associação Colégio dos Anjos", da cidade de Pirai do Sul. Parecer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO GERAL. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 29-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação "COLÉGIO DOS ANJOS" — Entidade mantenedora com sede e foro na cidade de Pirai do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1973.

Dep. David Federmann

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais, para alcançar tal objetivo, eis que sua fundação se deu há vários anos, presta realmente relevantes serviços à coletividade de maneira desinteressada; sua direção não recebe qualquer espécie de remuneração e seu estatuto social está devidamente registrado no cartório competente.

Anexamos, para o exame mais acurado dos Senhores Deputados, o Estatuto da referida associação que foi fundada no ano de 1915.

Portanto, nada mais justo que seja declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COLÉGIO DOS ANJOS, para que, contamos com o apoio dos Nobres Deputados com assento nesta Assembléia Legislativa.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
P A R E C E R**

**AO PROJETO DE LEI N.º 29-73**

1 — Com o presente plano de lei, visa o Nobre Deputado David Federmann, declarar de utilidade pública a "Associação Colégio dos Anjos", da cidade de Pirai do Sul.

2 — Referida entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja: a) — que está em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade; b) — que está devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, e; c) — que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

3 — Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento tanto de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO, porém na forma do Substitutivo Geral anexo, que melhor atende a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Paulo Camargo — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL ao Projeto de Lei n.º 29-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Colégios dos Anjos", da cidade de Pirai do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Paulo Camargo — Relator

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferida a questão de ordem. Esta Presidência vai proceder a verificação de votação.

Está em 1.ª Discussão o Projeto de Lei n.º 29-73. — (Pausa).

19 Srs. Deputados aprovam, nenhum rejeita. Não há quorum para votação.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Deferida a questão de ordem. Esta Presidência solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam à chamada nominal 26 Srs. Deputados. Há quorum para votação.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Augusto Zimmermann, ocorrido em Cornélio Procopio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da Tribuna, solicitando a inserção nos Anais da Casa, do Memorial dos Prefeitos dos Municípios que integram a micro-região do Norte Pioneiro, solidarizando-se com o Sr. Ademar Lemes de Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n.º 45-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão de Deputados, com o objetivo de, após entendimentos com o Sr. Osvaldo Olsen proprietário da indústria de tratores e guinchos localizada nesta Capital, no sentido de promover demarchas junto a autoridades do Executivo Estadual, no sentido de encontrar solução que possa assegurar a fixação da referida indústria no Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Odilon Reinhardt, Ivo Tomazoni, Arizone Araújo e Lázaro Dumont, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados estudos visando a macadamização do trecho que liga o município de Campana a Medianeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do ilustre Deputado Jorge Sato, dinâmico 1.º Secretário desta Casa de Leis — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Jhonson, ocorrido na cidade de Almirante Tamandaré. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do D.E.R., no sentido de que seja construída, uma ponte sobre o rio Lontra, na sede do Município de Salto do Lontra. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Maestro Mário Garau, pelo brilhantismo que vem alcançando à frente do Coral da Universidade Federal do Paraná, nesta Capital. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 43-71, 44-73 e 157-73.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 109-71, 3-72 e 29-73.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs. 28-73, 33-73 e 42-73, e dos Projetos de Lei n.ºs. 89-72, 147-72, 186-72, 78-73, 106-73 e 127-73.

E outra Sessão para sexta-feira, dia 14, às 10,00 horas com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDACÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs. 273-67, 123-70, 255-70, 225-71, 288-71, 133-72, 170-72, 9-73 e 81-73.

Levanta-se a Sessão.

**MEMORIAL CUJA INSERÇÃO FOI REQUERIDA PELO SR. DEPUTADO GABRIEL MANOEL EM REQUERIMENTO APROVADO NA SESSÃO DE 12/9/73**

"Exmo. Sr. Ademar Lemes de Toledo D.D. Presidente da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro.

Os Prefeitos dos Municípios que integram a micro-região do Norte Pioneiro do Estado do Paraná, cientes da denúncia oferecida por um vereador da oposição contra Vossa Excelência, sacada, ao que parece, com o fim único de alcançar uma lamentável e condenável promoção política, sentem-se no dever de trazer ao Ilustre Presidente da Associação que os congrega, a certeza da integral solidariedade de todos os homens que, como Vossa Excelência, entregam o melhor de suas vidas à causa pública.

Creia, sr. Presidente, que ninguém melhor do que os signatários sabem sentir e avaliar o que lhe vai na alma, neste instante. É difícil e penosa a caminhada do homem público: se ele se agiganta, mere de um trabalho tão gigantesco que lhe mina as forças, provoca a ira de determinada classe de oposição, mais ansiosa em destruí-lo do que com ele competir em volume de serviços prestados; se ele se acomoda diante, quantas vezes, da insuficiência financeira e econômica da sua sede, caem-lhe em cima os eternos defensores do endividamento do erário público, como fórmula mágica para o renascimento do progresso. Para defini-los, sr. Presidente, basta que se diga que não se apercebem do mal que fazem, tão preocupados em dilapidar, em retalhar e destruir o prestígio de um homem, quando jogam com a estabilidade e o futuro de uma comunidade inteira. Contestados desde o princípio dos séculos, eles sobreviveram e criaram uma descendência própria, às vezes sem heranças sanguíneas, da mesma forma como o mal sobrevive para realçar o bem.

Os signatários conhecem Vossa Excelência. Sua fibra, honestidade de procedimento e total despreendimento tornaram-no, por merecimento, o Presidente de uma Associação que representa a região pioneira do Paraná. Seu caráter e sua incontestável integridade fa-lo-ão triunfar mais uma vez, mormente agora quando lhe são opostas apenas a irresponsabilidade e a ambição desmedidas. Os signatários, os dirigentes dos municípios do norte pioneiro do Paraná, confiam em Vossa Excelência, e confiam, principalmente, em que a Lei dos homens não lhe negará o DESAGRAVO.

Sendo o que se lhes apresenta, renovam a Vossa Excelência os seus protestos das mais alta estima e consideração.

Cordialmente, em 8-9-1.973

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

**ATAS DAS COMISSÕES:**

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

**ATA DA 6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

3.ª Sessão Legislativa — 7.ª Legislatura

Aos doze dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Arizone M. de Araújo, Ovidio Franzoni, Wilson Brandão, Domicio Scaramella e Xenofonte Villanueva. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Resolução: **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 61-73** — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 202-73, que aprova termo aditivo de convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a superintendência de campanhas de Saúde Pública — SUCAM — para realização de atividades profiláticas contra endemias rurais no Estado do Paraná. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente, declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Elza C. Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) Deputado Arizone Mendes de Araújo — Presidente  
(a) Elza Carneiro Camargo — Secretária